

O Fórum Brasileiro de economia solidária e os dilemas para seu futuro

Bertucci, Ademar

Mendonça, Haroldo

CEA - Centro de Estudos e Assessoria

Brasília, 18 de setembro de 2003

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) é um instrumento do movimento da Economia Solidária e espaço de articulação e diálogo entre diversos atores, atrizes e movimentos sociais pela construção da economia solidária, como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil (Cirandas, portal do FBES).

Essa afirmação, repetida sob diferentes formas, tem sido o foco central do FBES. Seus principais elementos serão objetos de reflexão deste texto.

Para início de conversa

- 15 anos: um razoável acúmulo” de práticas, iniciativas, incidências políticas, cujo “legado” merece ser explicitado, diante do risco da insolvência.
- 15 anos: um aprendizado de vida, ainda muito jovem para um movimento que se propõe a amadurecer sua perspectiva de autonomia.
- 15 anos: uma estrutura construída numa conjuntura que mudou ao longo desse tempo, com expansão irrefreável de novas práticas e novos atores. A roupa costurada de 2003, não cabe mais.

O FBES existe formalmente desde 2003, portanto há 15 anos. As iniciativas da economia solidária no Brasil, sob nomes e práticas diferenciadas, são anteriores a essa data. Naquela ocasião, tais iniciativas somavam um conjunto de forças sociais com forte origem nas universidades, nos sindicatos-cooperativismo, na Igreja, nos movimentos populares, OSCs, inspirados pelo Fórum Social Mundial, que trazia, como identidade, o altermundialismo: pensar global, agir local, sob o slogan "um outro mundo é possível".

Com a emergência do governo popular, muito rapidamente essas forças construíram processos de mobilizações estaduais que definiram propostas de política para a economia solidária, resultando na criação da SENAES - Secretaria Nacional da Economia Solidária e instituíram o FBES - Fórum Brasileiro da Economia Solidária, seus objetivos, bandeiras e sua estrutura a partir de bases estaduais e coordenação nacional.

Esse processo de definições e estruturação foi sendo revisto, aperfeiçoado, algumas vezes simplificado e enxugado, outras vezes, mantidos os princípios norteadores ou aprofundados. Foram 5 Plenárias Nacionais, resultantes, quase sempre, de plenárias estaduais e, com o desenrolar do

processo, na maior parte dos estados, foram precedidas de plenárias territoriais (microrregionais ou municipais).

De alguma forma, as Plenárias anteciparam as 3 Conferências Nacionais, não só fornecendo subsídios para os desafios de cada uma delas, mas sobretudo para que elas acontecessem em seus estados, nem sempre assumidas pelos governos estaduais.

Nesses 15 anos de existência, sua Linha do Tempo, em vários momentos e sob diferentes versões, revela que, se os desafios atestam avanços razoáveis de visibilidade e institucionalização da economia solidária no Brasil, também permitem perceber que as forças sociais, entendidas como construção de diferentes atores e atrizes (!) identificados com os campos de ação das universidades, da Igreja, do mundo sindical-cooperativo, dos movimentos populares (Educação Popular, OSCs), de governos (trabalho e renda), foram se alterando.

Dentro dessas forças, alguns segmentos, até então inexistentes, foram se estruturando nacionalmente (UNISOL, UNICAFES, Catadores) outras transformando sua formalização de assessoria em representação de empreendimentos (ANTEAG), outras desistindo do campo da economia solidária (ABCRED), outras, em vista da não representação nacional, ficaram restritas ao seu estado ou desistiram da atuação em economia solidária (FASE, IBASE, PACS).

Mas também outras forças sociais de lutas existentes foram surgindo ou incorporando a economia solidária – com práticas já presentes, foram se identificando como parte de um “movimento” ainda que não comprometidas com a estruturação do FBES. Movimentos ambientalistas, mulheres, populações tradicionais, movimentos de defesa dos biomas e territórios, movimentos de direitos humanos, etc. Basta lembrar, logo no início, que a discussão sobre um patrono e um dia específico da economia solidária resultou na opção por Chico Mendes (e na data de 15/12).

A própria composição do CNAES (Conselho Nacional da Economia Solidária), bastante discutida entre o FBES e a SENAES, tentou garantir a participação de forças sociais muito próximas da economia solidária ainda que não se incorporando ao “movimento”. Bom exemplo é a participação no CNAES, do MST-CONCRAB como também forças de lutas territoriais como o DCA (Amazonia), a Rede Cerrado (Centro-Oeste), a ASA (Nordeste).

Diante da inevitável atual conjuntura nacional, alterando a relação de forças, e das evidências que demonstram a algum tempo, a fragilização do papel nacional do FBES, duas afirmações, aparentemente contraditórias, emergem:

Uma, positiva: são 15 anos de aprendizados, de acúmulos de acertos e erros, numa conjuntura favorável, em que prevaleceu, em última instância, a relação de “ação entre amigos” entre Estado (governo) e sociedade civil (movimento). 15 anos para um movimento nascente, ainda que muito antigo, em busca de sua identidade e sua visibilidade, enquanto unidade nacional, é pouco tempo histórico! É quase o despertar de uma transição da infância para adolescência, e daí para a

maturidade futura. Nesse sentido, os esforços para construção de sua identidade e para sua visibilidade política-institucional, são acúmulos admiráveis cujo legado não pode ser desprezado.

Outra, contraditoriamente negativa: o movimento nasceu de um jeito, abrigou e animou tantas iniciativas e mobilizou tantas forças que cresceu tanto, enquanto movimento, que não cabe mais em sua roupa de infância. Cresceu e a realidade em que nasceu não é mais a mesma! Contribuiu para a identidade e visibilidade dessas forças, mas elas não cabem mais nessa roupa!

Alterou a afirmação maliciosa de que o FBES era um gigante com pés de barro, isto é, uma cabeça enorme, sem bases. Hoje, alguns começam a perceber que os pés estão, em muitos lugares, bastante fincados, enraizados. Mas a cabeça...

Isso tem a ver com as formas com que se construiu uma estrutura de ação política e de gestão do movimento, numa realidade, numa conjuntura favorável mundialmente e nacionalmente, que não existe mais.

A influência do FSM(Fórum Social Mundial) na construção do FBES

O FSM favoreceu a criação do Grupo de Trabalho de organizações brasileiras que atuavam com economia solidária, para organizar os diálogos com as redes internacionais que vinham para os eventos.

Destacam-se alguns elementos muito caros às reflexões iniciais, daquele Grupo de Trabalho, com o entusiasmo com que a onda do Fórum Mundial bafejava a todos: um outro mundo não só é possível, como poderemos rever algumas bases das relações e convivência humana-social. Tais relações, hegemonicamente mantidas pelas concepções neoliberais, de uma economia baseada no acúmulo privado e não na sua distribuição, de forte conotação patriarcal e machista, consumista, preconceituosa.

O FSM desafiava o enfrentamento dessas questões:

- Em vez de estruturas verticalizadas, seja as da concentração\globalização do capital, sejam as do verticalismo do centralismo democrático, é necessário avançar e substituí-las pelas REDES horizontais.

- Em vez de padronização imposta pela uniformização de ações e do trabalho e consumo em série, valorizar a diferenciação, criatividade e não apenas respeito às diferenças, mas incentivo à convivência dos diferentes, como fator de desenvolvimento.

Essas perspectivas dadas pelo FSM tinham a ver com a alternativa mundial frente ao neoliberalismo e suas teses cujo instrumento principal era o Fórum Econômico de Davos. O FSM passou a ser o grande palco das articulações em redes, dos diálogos e busca de convergências possíveis enfatizando a convivência entre os diferentes.

Tensões em vista de pressões para que o FSM funcionasse como uma grande conferência internacional e grande centralização de orientações foram enfrentadas para que se mantivesse seu papel de espaço de convergências em que diferentes redes tomassem seus rumos próprios sem obedecer rigidamente a alguma direção centralizada.

Com mais ou menos acertos, essas orientações favoreceram a emergência de diferentes iniciativas e enfrentamentos, alguns internacionais. Vale lembrar, entre outros, a mobilização da sociedade civil paralela na RIO-92+20, rechaçando proposições de mercantilização do meio-ambiente, visibilizando outras iniciativas de desenvolvimento sustentável. E o FBES estava lá, fazendo sua campanha de assinaturas para aprovação do Projeto de Lei da economia solidária parado no Congresso, onde a base fundamental é sua diferenciação da economia capitalista.

Também cabe acrescentar proposições que vem constituindo parte significativa de alternativas, como a da constituição de um campo de articulação dos movimentos sociais internacionais, tendo o professor Boaventura Santos, seu principal animador e uma das vozes internacionais de defesa da economia solidária. Boaventura nos anos 90 produziu obra de pesquisa internacional sobre outras formas de economia que no Brasil foi assumida pelo professor Singer.

A articulação brasileira com as redes internacionais logrou, ao longo das diferentes edições do FSM, dar destaque e importância ao tema como também a criação da RIPESS (Rede Internacional da Economia Social e Solidária). O FBES, ainda em construção, foi compreendido, nessa articulação internacional, como “uma rede de redes”, um exemplo a ser seguido e assumiu participar da estruturação da base latino-americana da RIPESS-AL.

Naquele momento, os diálogos entre os países, especialmente os europeus e os latino-americanos, concentravam-se em duas formas de proposições em busca da unidade: uma forma mais tradicional, secretaria executiva, coordenação executiva internacional, representações regionalizadas pelos continentes, força nas institucionalidades; outra, mais flexível, de articulação de redes horizontais, como sua principal base para constituição de unidades representativas em cada continente, buscando horizontalidade em Redes e valorizando as diferentes iniciativas.

Como se percebe, também dentro do próprio movimento internacional da economia solidária, as tensões entre diferentes formas de estruturação conduziam a modelos de gestão mais centralizados, burocráticos, verticais ou à novas formas de horizontalização, via redes. Essas duas orientações e os choques entre elas, levaram à construção de iniciativas as mais diferentes no Brasil, mas não foram suficientemente incorporadas no debate sobre gestão do movimento.

As formulações propostas pela “Rede da Sócio-economia”, uma articulação pioneira que antecede o FBES, contava, entre outros, com a contribuição de Euclides Mance e Marcus Arruda, sobre o tema. Suas proposições de horizontalidades, incorporadas ao FBES, avançaram na tecnicidade

das inovações da informatização, em que o CIRANDAS, um portal de comunicação e serviços, foi um dos principais frutos.

A nosso ver, as redes poderiam garantir a perspectiva da autogestão da economia solidária horizontalmente, de forma a substituir os empreendimentos isolados nas representações e articulações políticas, sendo representados por REDES e não isoladamente. Também a perspectiva de construção de redes independentes como forma de socialização das bases, tem sido postergada pelas forças sociais institucionalizadas. Estas, ao criarem suas redes institucionais, mantêm a ação corporativista e revelam dificuldades de socialização no diálogo ou não diálogo, entre redes e a construção de identidades como elo comum, mantendo e valorizando as diferenças.

Assim, a valorização das diferenças, que poderia reduzir as disputas frequentemente existentes, restringe-se ao reforço institucional do corporativismo, em nome da autonomia e liberdade democrática, como forma de justificar as diferenças institucionais. Reduzir o poder centralizado, verticalizado e muito personalizado, exige não só um esforço de construção de regras de convivência, mas, sobretudo, confiança nas possibilidades de coletivos de redes superarem as limitações corporativas institucionalizadas.

Questões a serem abordadas

Assim como esses aspectos, outros elementos inicialmente abordados no início da construção do FBES, outras interrogações, desde o seu início, permanecem. Destacamos seis delas, salientando que não são suficientes para explorar todos os ângulos dessa complexa construção de 15 anos, mas que podem contribuir num processo de balanço para assegurar o “legado” de aprendizados a serem incorporados nesta nova conjuntura, provocando rever a “roupa que ficou pequena”.

- 1- O FBES vem dando conta de seu duplo objetivo: construir o movimento e incidir sobre a política pública? Ou tornou-se refém das determinações da política pública?
- 2- O FBES é o "movimento da economia solidária"? Ou seu "instrumento de organização"?
- 3- O FBES consegue ser o espaço de consensos entre as diferentes forças e práticas que compõem o "movimento"?
- 4- O FBES consegue se relacionar com os diferentes movimentos sociais que somam com seu objetivo de construção de um Projeto Político de Desenvolvimento Sustentável Solidário e Territorial?
- 5- O FEBS, com seus 3 segmentos (empreendimentos, assessorias e gestores públicos) com bases estaduais construindo bases territoriais, tem alterado a visão inicial de ser "um gigante com pés de barro"?

6- Num momento em que as redes e articulações dispensam centralidades, estruturas verticalizadas, como o LEGADO, construído sobretudo pelas estruturas estaduais e territoriais do FBES, poderia vir a ser base para novos processos e experimentações e estruturas ajustadas à conjuntura?

Para meio de conversa

1 - O FBES vem dando conta de seu duplo objetivo: construir o movimento e incidir sobre a política pública? Ou tornou-se refém das determinações da política pública?

São duas questões. A primeira diz respeito às intenções iniciais do FBES, que vem se mantendo e, vez ou outra, emergencialmente, aparece sob a forma de “movimento”, de construção de movimento, de identidade de movimento, de ações corporativas enfatizando o papel de protagonismo dos/as trabalhadores/as e a crítica às entidades de assessoria e ao papel dos gestores públicos. A segunda se refere a grande confusão entre o FBES e a SENAES, para alguns nascidos juntos, para outros a SENAES é fruto do FBES, para outros o FBES é fruto da SENAES.

A primeira questão, das intencionalidades, contidas nos primeiros documentos e basicamente mantida ao longo dos seus 15 anos, está afirmada na V Plenária (2012), no eixo 4, capítulo 4.2.2, pág. 98 “Das finalidades”, aqui resumidas:

São duas finalidades principais: uma voltada para a representação, articulação e incidência na elaboração e controle de políticas públicas, buscando confluência entre as forças que compõem o movimento nas seus diversos espaços; outra, voltada para o apoio ao fortalecimento do movimento, a partir de suas bases nos fóruns locais microrregionais e estaduais como força para a perspectiva de desenvolvimento sustentável, endógeno e solidário.

É interessante observar que o texto da V plenária coloca em primeiro lugar seu papel de protagonista da ação junto às Políticas Públicas; mais que isso, coloca-se na centralidade dessa ação, seja como representação (do movimento?), de articulação, acompanhamento, incidência, etc. E também no diálogo e confluência entre as forças existentes no movimento da economia solidária, para fins da Política Pública.

Colocado em segundo lugar, seu papel de fortalecimento do movimento, a partir das bases, aponta para a construção dos fóruns municipais, regionais (microrregionais) e estaduais como força de construção do desenvolvimento sustentável, endógeno e solidário.

Mesmo que ambas intencionalidades estejam imbricadas e uma não possa realizar-se sem a outra, o FBES, ao conviver com ambas, o fez sempre se interrogando da distinção entre sua atuação para a criação, visibilidade e fortalecimento das políticas públicas para a economia solidária e sua atuação para construção do movimento da economia solidária.

1.1 Quanto à construção e incidência nas políticas públicas

Aqui cabe chamar a atenção a essa aparente sutileza: a política pública “para” a economia solidária (o que o nosso entender prevaleceu o “para” e não o “da”) e o movimento da economia solidária (o FBES, sua autonomia e seu papel de “instrumento” do movimento).

Essa sutileza traz reflexos sobre o papel-objeto do “movimento” ou do FBES: ele é o demandante, possível beneficiário, usuário dos serviços, caracterizado como vulnerável, público-alvo, objeto da política. Daí sutilmente ele passa a ser um cliente, um pedinte, mesmo que algumas vezes possa fazê-lo contundentemente.

É preciso reafirmar: a política pública, ou quase política pública, assumida pelo governo para a economia solidária, pela participação das bases de representação da base de economia solidária e dos movimentos parceiros, foi uma das mais bem sucedidas políticas cuja origem vem da sociedade civil. Salientando outras áreas de muita conexão com a economia solidária, como CONDRAF(Conselho Nacional da Agricultura Familiar) e o CONSEA,(Conselho Nacional da Segurança Alimentar) respondem a uma bem sucedida estratégia de política pública participativa. Seus limites: a despeito da visibilidade do tema e grande aceitação formal que a figura do prof. Singer e a interrelação de seus quadros técnicos com outros setores de governo, ela ficou limitada a um programa da SENAES e aos recursos, no último governo, do Brasil Sem Miséria, como parte da ação de integração de programas voltados para a vulnerabilidade.

Seja como “refém” ou como “cliente” tais percepções vão-se alternando numa quase sujeição que nos exige perceber, quando, e em que momentos essa situação de ações de combate à vulnerabilidade passam a ser consideradas políticas de desenvolvimento ou políticas “De Direitos”. E deixem de ser “política compensatória”.

Algo mais: chamamos precipitadamente de Política Pública, qualquer programa ou projeto de governo que venha beneficiar certos setores da população. Assim foi sendo tratado o Programa da SENAES. Lembrando uma das lições de um primeiro seminário da SENAES sobre políticas públicas e economia solidária: um projeto ou programa de governo, para ser chamado de Política Pública deve estar enquadrado em 4 dimensões das políticas públicas. São elas:

1. Existência de uma legislação que lhe confira direitos.
2. Recursos assegurados permanente seja através de Fundo específico, seja de outras fontes.
3. Conselho de participação nas definições das ações e em seu Controle Social.
4. Existência de um Sistema Nacional que assegure a implantação e execução da ações em seus níveis federal, estadual, microrregional (territórios) e municipal.

Respondendo: 1.não temos a lei nacional da economia solidária, ainda que algumas leis nos beneficiem. Caso do Comércio Justo. 2. Nossos recursos dependem do orçamento ou de conexão com outros programas, como o do Brasil Sem Miséria; 3. Nosso Conselho existe; o que não tem

ocorrido são ações de Controle Social permanente; 4. O Sistema Nacional está previsto no projeto de lei parado no Congresso.

Importa destacar, como parte do esforço de participação democrática junto às Políticas Públicas, o Inter-Conselhos, reuniões de participantes dos vários conselhos para, entre outras possibilidades, definirem propostas conjuntas, prioridades, e fazer o Controle Social. Sua última versão permitiu que alguns de nossos conselheiros, ligados ao FBES, incidissem nos Grupos de Trabalho para que a economia solidária fosse explicitada também nas diferentes políticas. E depois, na discussão sobre prioridades, a estratégia foi propor com vários outros Conselhos a integração do tema comum: O Desenvolvimento Sustentável e Solidário. A SENAES teve papel “militante” nesse processo de incidência, seja junto ao planejamento do governo, seja junto ao FBES, já dando mostras de falta de fôlego. Levados incidentalmente, companheiros/as estiveram presentes. A fragilidade, em especial da Executiva, que já vinha de algum tempo, pode explicar a ideia de “refém”?

Em relação a questão de ser “refém” da Política Pública vale dizer que a experiência de diálogo entre governo (SENAES) e FBES foi intensamente inovadora. Só tendo parâmetros com os Conselhos de Segurança Alimentar (CONSEA) e de Agricultura Familiar (CONDRAF). Entretanto, como a SENAES, mesmo tendo feito enormes esforços para que a Política da Economia Solidária não ficasse restrita ao ministério e dependente de recursos do Brasil Sem Miséria (MDS), a bandeira inicial para orientar as políticas, ficou a desejar. Não vingou a quase bandeira do FBES: “Vários programas (setoriais) e uma só política”. Essa abordagem, que ajudaria a fazer as junções do programa da SENAES estimulando outros programas das demais áreas de governo e daria a conotação de Política de Integração, daria ao CNAES um papel privilegiado. Reunir vários programas, ou programar, a partir de negociações e de ações de planejamento várias ações de integração. A SENAES fez razoáveis esforços, o FBES não assimilou, e parte de iniciativas em outros ministérios, aconteceram pela disseminação da economia solidária que animava outros gestores públicos quase que voluntariamente. Aqui também se revela o desafio da Rede de Gestores Públicos a nível nacional.

Os esforços para ultrapassar a ação setorial (trabalho) levaram a incidências políticas no PPA-2015\2018, admiráveis, conjugando propostas de diferentes políticas setoriais em torno de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável Solidário Territorial. Entretanto o FBES, enquanto parte do CNAES, esteve frágil organicamente nesses processos, pautando-se pelas orientações e protagonismo da SENAES.

Também vale dizer que a despeito dos que buscam avanços razoáveis conquistados pelas três Conferências realizadas e o papel mobilizador do FBES (em alguns estados substituindo a ação estatal), as iniciativas e proposições sempre tiveram o protagonismo da SENAES. O FBES

participava enquanto representação da comissão coordenadora, mas as determinações vinham fortemente da SENAES.

A última Conferência, que resultou em elaboração de um Plano Nacional da Economia Solidária, um instrumento razoável para “organizar” as propostas políticas nacionais e estaduais, tratou, entretanto, da Política **para** a Economia Solidária e não da Política **da** Economia Solidária.

Assim, efetiva-se a percepção de que, nesta fase de criação de espaços, a abordagem é favorecer a emergência da economia solidária, tirá-la do campo assistencial, tornar suas iniciativas visíveis. Assim, seu papel de partícipe da construção de outro desenvolvimento, como protagonista, ficou em segundo plano. Isso tem consequências para sua inter-relação com outros movimentos que também buscam um Projeto de Desenvolvimento.

Há um depoimento do professor Singer, agora a pouco publicado, de que esta fase atual é de apoiar e fortalecer empreendimentos vulneráveis, para depois alargar para uma proposta de projeto. Também vale dizer que a justificativa sempre presente para a política da economia solidária é de que ela vem responder à grande crise do emprego, criando condições de trabalho não assalariado. Portanto, ações e políticas de ajustes compensatórios.

Em síntese, deve-se salientar que a “ideia de refém” também pode estar vinculada a momentos diferenciados nesses 15 anos. E por diferentes motivos:

1. Lideranças. Diferentes lideranças passaram pela coordenação do FBES. De início, mais fortemente, o peso maior de militâncias formadas em outras lutas, sejam de entidades de assessoria, redes ou empreendimentos.
2. Com a política interna de renovação e reestruturações formais de representações, reduziu-se a participação de militantes com acúmulos, de empreendimentos e de assessorias. A ideia de um serviço “voluntários” substituiu a de militância ou de compromissos políticos-institucionais.
3. As representações, tiradas, muitas vezes, sem maior reflexão sobre seu papel de ponte entre a Executiva Nacional e os fóruns estaduais, somadas à percepção de indicação das menos ocupados/as e não dos/as mais aptos.
4. A inexistência ou limitações de processos de informes para acompanhamento das iniciativas estaduais pelas representações seja das assessorias seja dos empreendimentos e para a “devolutiva” (orientações nacionais para as bases, que deveriam ser levadas por essas representações), criava a constatação de um distanciamento da Executiva junto as bases estaduais.
5. A secretaria executiva, profissionalizada (quando havia recursos), passou frequentemente a ser o interlocutor junto à SENAES, substituindo a coordenação executiva, criando situações ou de radicalismos tratando a SENAES como inimigo, ou de subserviência.

6. Sem desmerecer situações de cumplicidade entre SENAES e FBES, que foram muitas, seguem algumas delas em que a autonomia e perspectiva do movimento prevaleceram. A realização do Encontro de Empreendimentos, com SENAES e a ausência de Lula (cumplicidade com FBES à frente); A construção da I Conferência ainda sem existir o CNAES (cumplicidade com o FBES à frente); A incidência sobre o ministro do PDT, que não recebia a SENAES, mas com a incidência do FBES, foi à reunião da coordenação nacional, abrindo o diálogo; O impasse e a denúncia do FBES sobre a intromissão de parte da SENAES na IV Plenária (enfrentamento); As audiências públicas sobre a criação da secretaria da microempresa e economia solidária (cumplicidade implícita, mas direção do FBES); a defesa da SENAES ameaçada de extinção, com a campanha: “A SENAES é nossa” (iniciativa do FBES); Mas depois, a “aceitação” do rebaixamento da SENAES, ainda no período Dilma (reunião da coordenação nacional do FBES que não enfrentou o secretário-ministro do momento).

Aqui cabe referir-se à percepção de que FBES e SENAES, sendo compostas de atores da mesma origem, mantendo um clima de “ação entre amigos”, não favoreceu o desejável distanciamento necessário entre Estado e sociedade civil. Um exemplo decorrente: o acompanhamento, enquanto Controle Social, dos programas, projetos da SENAES, não era objeto prioritário de pautas do CNAES.

Em que pese vários projetos, alguns definidos junto com o FBES (CFES p.ex.) atendendo a aspectos-bandeiras do FBES, há uma sensação de que eles foram criados para atender (ou forjar) segmentações setorializantes de interesses corporativos institucionais, parecendo, para boa parte dos empreendimentos, equivocadamente, que as organizações de assessoria (OSCs e Gestores) eram beneficiárias de tais projetos.

A essa percepção, acrescenta-se a impossibilidade da SENAES fazer editais em que os empreendimentos fossem diretamente beneficiários, com recursos para investimento e capital de giro.

1.2 Quanto ao papel do FBES de articular e fortalecer o “movimento”

O que vem a seguir, cuidará um pouco mais de fazer as distinções entre “movimento” e “instrumento”.

Simplificando as noções de “movimento” podemos dizer que elas sintetizam 3 aspectos ou fases necessárias para caracterizar um “movimento”: 1. Identidade, isto é, quando seus participantes se identificam por interesses comuns; 2. Distinção entre forças aliadas e adversárias, isto é, um movimento de defesa define, com quem soma essa defesa e contra quem - quem está lhe oprimindo; 3. Constrói um projeto político não apenas para sua corporação, mas para todos, toda

sociedade, portanto em conjunto com aliados. Gramscy chamaria, simplificando, de Bloco Histórico.

Entretanto, um “movimento” só se fortalece para atender as 3 dimensões se as constrói a partir de uma “organicidade”. Será preciso distinguir “organicidade” de “organização”. Organicidade diz respeito a construção de “intelectuais orgânicos” (Gramscy), que façam das bandeiras de defesa do movimento, sua militância, sua mobilização, sua análise permanente do jogo de forças (conjunturas locais, nacionais, etc.), suas táticas e estratégias em vista de um rumo a ser perseguido: a construção do projeto político para todos!

Assim, a “organicidade”, que é a dimensão político-ideológica de um movimento, depende de formas “organizativas”, de organizações que contenham regras e funções de gestão e formas de participação de seus membros. Há sempre um risco, ou uma contradição, entre a dimensão político-ideológica (organicidade) e as formas de gestão, regras, administração da “organização”, tendendo a “burocratização” e a fugir de suas intencionalidades.

Parece-nos que o termo “organicidade” para o tema da gestão do FBES, vem sendo repetido para estruturar a “organização”, a gestão. Mesmo que algumas avaliações ao longo do tempo tenham trazido à tona alguns aperfeiçoamentos, eles sempre estarão próximos à formalização de papéis e estruturas verticalizadas. Exemplo: o esforço da construção do Regimento Interno, ordenando atribuições e funcionamentos; as tentativas frustradas de construção de coordenações macrorregionais, para resolver o “distanciamento” Executiva e bases estaduais, e não para convergir em estratégias políticas regionais.

Os GTs inicialmente vinculados às Bandeiras do FBES, poderiam constituir-se, como o foram durante um certo tempo, os espaços de maior horizontalidade, pois eram formados por militantes com maior acúmulo em cada uma das bandeiras, misturando, positivamente, gente de várias regiões do país.

Com criação do CNAES e a constituição das comissões temáticas, que coincidiam com as bandeiras dos GTs, estes, não só por isso, foram se extinguindo, perdendo seu papel de mobilizador. As comissões temáticas do CNAES passaram a ser apoiadas pelos projetos temáticos, nem sempre discutidos e absorvidos pelo FBES, foram virando executores dos projetos disputados entre organizações mais fortes nacionalmente.

Ainda que tal saída fosse a possível para o momento, nem a SENAES conseguiu apoiar o FBES continuamente (houve uma exagerada preocupação da ilegalidade de apoio ao FBES), nem o FBES conseguiu incidir sobre tais projetos, assegurando uma universalidade que não aconteceu.

O que aconteceu, equivocadamente, é que muitos empreendimentos, entendendo-se clientes prioritários da SENAES, não se viram contemplados pelos projetos tocados pelas organizações que, muito ocupadas com a execução de seus projetos, estiveram, nos últimos anos, pouco presentes no

FBES. Os empreendimentos, muitas vezes chamados de REDES, ligados a essas organizações, tiveram alguns benefícios, mas o principal ganho: a manutenção da ação de sua organização executora do projeto. Concluiu-se, como hipótese, que as organizações não precisavam do FBES para acessar recursos, nem botar “seus empreendimentos” na roda dos FEES.

Porém a autonomia de um movimento (ou do FBES) não necessariamente está vinculado apenas a recursos para sua manutenção. Mas necessariamente à mobilizações que, concretamente, coloquem o “bloco na rua!”. Quem somos nós!!!

Há muitas e incidentais situações em que a mobilização real, além da virtual, se mostrou capaz de afirmar: esse movimento existe! Os fóruns e Redes têm muitos exemplos desses momentos. A nível nacional citamos três delas, enquanto expressão nacional de um “movimento”: três manifestações que inegavelmente demonstram processos de mobilizações em defesa de sua identidade e seu projeto político:

1 - II Feira Nacional da Economia Solidária e Cultura – Belo Horizonte - reações contra a Vale do Rio Doce, na ocasião tinha sido recentemente privatizada, seu patrocínio, seu Standart. 2006.

2ª. iniciativa a promoção de uma Feira Nacional, em conjunto com o Ministério da Cultura, dado o sucesso da 1ª. experiência em SP. A Cultura, com o ministro Gilberto Gil, avançava nos Centros Populares de Cultura criando afinidades com o movimento da economia solidária. A Vale do Rio Doce, na ocasião recentemente privatizada, montou um Standart luxuoso no local da feira e ofereceu razoável recurso de patrocínio para a Feira. A Cultura aceitou, mas o movimento da economia solidária, com forte participação do fórum mineiro, rejeitou. Entre indignações contra a Vale, ameaças de quebra-quebra, uma plenária dos empreendimentos, centenas deles, discutindo politicamente o que fazer. Ouvia-se falas das mais diferentes iniciativas de Minas e do resto do país. Em vez de quebrar fez-se o “enterro simbólico da Vale” junto ao seu Standart. E a feira transcorreu com os poucos recursos mas “o movimento” de forma nacional, se revelou “movimento” e se manifestou como tal!

2. Audiências Públicas realizadas pelo país para definir posição do “movimento” frente ao projeto de lei criando a secretaria da microempresa e economia solidária. 2011.

Projeto de lei enviado para o Congresso. Num mês estaria sendo votado. Como era interesse da microempresa certamente seria aprovado. Juntando movimento a esse interesse a presidenta atendeu outro de parte de lideranças do movimento da economia solidária, em regime de urgência. O FBES foi diretamente falar com o ministro responsável, que só deu os 30 dias para que o movimento fosse consultado. Num mês e meio cerca de 20 estados fizeram audiências públicas a partir da audiência nacional. Nesta a fala considerada mais importante foi a que, sabendo que o que estava em jogo eram os interesses dos recursos provavelmente do SEBRAE, afirmou: Este projeto

acaba com nossa identidade. Se for para perder a identidade não há dinheiro que pague! As audiências resultaram na maioria dos estados em quase unanimidade contra. São Paulo quase dividiu-se, mas menos de 50% dos participantes era a favor. Um movimento se afirma quando sua identidade está ameaçada.

3- Audiência Pública para confrontar o atual governo (secretaria da economia solidária) e o movimento. 2016.

“Nenhum direito a menos” ressoou pelas duas salas lotadas por 300 pessoas no congresso e os recém dirigentes tiveram que ouvir, além da mesa de expositores composta pelo FBES e UNICOPAS, boa parte de dirigentes do FBES, reafirmando a Economia Solidária e suas principais bandeiras, muitas delas assumidas no Plano Nacional. Este fato ocorreu dois meses após a FEIRA DE SANTA MARIA onde a assembleia do Movimento discutiu posicionamento frente ao golpe. E decidiu-se pela audiência pública e sua palavra de ordem. Um movimento não espera acontecer, faz a hora.

2 – O FBES é o "movimento da economia solidária"? Ou seu "instrumento de organização"?

Tema permanente revisitado na última Plenária que confirma seu caráter de instrumento de um movimento que é maior.

A ideia básica por traz desses dois termos é que Movimento, atendendo as três dimensões (ou fases) já abordadas anteriormente vai caminhando e decidindo seu projeto político estruturante, observando as alterações da realidade e suas conjunturas em que a análise do jogo de forças lhe orienta para fazer as mudanças de estratégias de acordo com ganhos ou perdas, com as transformações percebidas, que podem ser de acúmulos (avanços) ou de retrocessos. Movimento se caracteriza pela ação “instituinte”, em movimento, em ação e reação.

Já o instrumento tem caráter de algo “instituído”, organizado para atender, de forma permanente e fixa, portanto repetitiva, a objetivos que são definidos pela análise periódica de conjuntura. Se a conjuntura muda (jogo de forças), muda-se o instrumento!

Como instrumento, O FBES, não se propôs criar uma Entidade com CGC próprio, contando que as organizações institucionalizadas (OSCs e Redes) poderiam revezar-se quando necessário, no apoio à secretaria executiva e a coordenação executiva ou, estando na coordenação executiva, assumir colaborativamente essa função.

Foi assim, desde o início, quando a ADS-CUT acolheu em seu espaço em Brasília a primeira secretaria executiva. Depois a Caritas assumiu um projeto de sustentação. Mais tarde a UNITRABalho (num projeto apoiado pelo MDA que resvalou para causa trabalhista) e por último, o CEA (projeto de fortalecimento da ação do FBES para a realização da II Conferência e orientação metodológica aos Planos de Trabalho estaduais) e Caritas (projeto de apoio da Secretaria da

Mulher). Em várias situações contingenciais, o IMS, com seu Fundo Solidário e a CNBB com o Fundo da Campanha da Fraternidade apoiaram com pequenos projetos o FBES.

Iniciativas de colaboração financeira das bases, que somadas poderiam dar sustentabilidade financeira ao FBES, foram tentadas. Criou-se até um Fundo Nacional vinculado ao compromisso dessas contribuições dos estados, que se assumidos por todas as bases, cobririam minimamente gastos de manutenção do FBES. Fez-se um vídeo de Campanha! Não vingou.

Entretanto, valorizando essas contribuições, nem sempre esses apoios foram incorporados à função de direção da coordenação executiva. As organizações e redes nacionais, ocupadas com seus próprios e exigentes projetos, não dava conta de acompanhar\administrar suficientemente essa gestão.

Ao final de 2015, chegou-se à conclusão que essa tarefa de condução deveria ser de um/uma militante de empreendimentos liberado/a para administrar a secretaria executiva. Tentou-se, não deu certo. Também as representações de empreendimentos, tanto quanto as OSCs, tinham seus compromissos em seus estados e essa contratação resultou em mais uma afirmação da insolvência, neste caso, financeira.

Tais iniciativas de administração não formalmente constituída buscava exatamente evitar a estruturação burocrática que traria o risco do distanciamento das bases e forças sociais responsáveis solidariamente pela condução do movimento. Entretanto, tais esforços de autogestão solidária nacional, não surtiram efeito. E, a cada Plenária criava-se mais normas operacionais que acabavam não sendo absorvidas. E a discussão de fundo, em busca das razões de ordem política, dos interesses e desinteresses das forças sociais responsáveis pela condução nacional, não acontecia.

Hoje, nesse quadro de insolvência pelas fragilidades de condução política, anterior ao golpe e, depois agravada pelo golpe, sem recursos, optou-se por uma descentralização da secretaria executiva . Essa experiência, que poderia ser estratégica se fosse compreendida como ação de regionalização, ficou dispersa, a despeito da boa vontade das secretárias voluntárias, cuja orientação da coordenação executiva, restringiu-se a reuniões virtuais esvaziadas. Essa situação foi analisada na reunião ampliada no Fórum Social em Salvador, no início do ano de 2018.

Pode-se dizer que essa relação “movimento e instrumento”, sendo dialética, elas se complementam. Ou se contrapõem. Um breve comentário sobre interesses em disputa e nossa cultura de busca de hegemonia de um grupo ou força social sobre as outras.

A questão da hegemonia é cultural, negando a possibilidade da convivência sem imposição de uma força sobre a outra – enfatizando a solidariedade. Que resulta em pragmatismos utilitários: “se o FBES é um espaço onde posso garantir meus interesses, disputar a direção desse instrumento para hegemonizar meus interesses é meu fim. Se não é esse espaço, pois tenho outros, de maior

resultado, deixo este pra lá, e deixo este se esvaziar. E vou construindo e reforçando o outro espaço mais conveniente.”

Esta abordagem, que não dá para ir além dessa simplificação acima, mereceria outro capítulo para entender, ao longo desses 15 anos, quando as forças sociais, e que segmentos dessas forças, estiveram mais dispostos a ações de identidades e solidariedade, inclusive abrindo suas caixinhas ou à disputas hegemônicas que como cultura, tanto se prestou para práticas personalistas (pessoais), quanto para estratégias de tomada de poder, forçando o aumento de participantes do seu campo de interesse na coordenação nacional. Ou afastando-se quando isso não foi possível.

Sem entrar em detalhes, duas situações muito diferentes que deixam marcas.

A permanente crítica dos empreendimentos às OSCs e Gestores públicos, mesmo tendo seu lado de razão (das expectativas criadas sobre papéis complementares nem sempre ocorrido), deixam marcas desde a primeira reunião da coordenação nacional ampla em Belo Horizonte, logo após a III Plenária, ainda sob a coordenação do GT (13 organizações responsáveis pela animação que resultou no FBES e na SENAES), os empreendimentos, na cota de 2\3 de participantes, reuniram-se à parte e desmontaram a proposta de programação prevista e discutida ao longo de 3 meses.

Tendo sido boa a manifestação do seu protagonismo, dali saiu a proposta do encontro nacional dos empreendimentos. Mas a crítica dessa “hegemonização” das OSCs e Gestores permanece ao longo dos 15 anos, sem desdobrar-se no rumo de um interesse forte à época para uma parcela de lideranças de empreendimentos: a criação de uma organização dos empreendimentos inspirados nas práticas e organizações sindicais, uma grande central da economia solidária. Disputa de Hegemonia? De Protagonismo? que não aconteceu, porque ao mesmo tempo outras forças, de origem sindical-cooperativo (do campo e da cidade) abriam caminhos próprios de organização nacional.

Enquanto o espaço de consensos (com suas tensões, mas com lideranças capazes de diálogos e práticas de solidariedade) mostrava-se favorável à boa parte das forças sociais presentes, cada segmento estava confortável. Apenas uma delas, nesse período - a ABCRED - força no campo do crédito – afastou-se do FBES, ficou no CNAES, mas buscou seus rumos em outras lógicas que não a da economia solidária. As demais forças-segmentos, cada um/a ia construindo seu caminho nacional de articulações bafejadas pelo clima, ambiente e conjuntura favorável à economia solidária.

E, a cada Plenária, algum foco de tensão pode ser identificado. Situações as mais diferentes.

Na 1ª. Plenária, naquele momento a REDE Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, dividiu-se. Foi um esforço para convencer uma delas a se manter nesse processo. Criada na 2ª. Plenária dentro do FSM, quando se anunciou a criação da SENAES e o professor Singer como seu futuro secretário, a Plenária dividiu-se entre duas posições: debater as propostas de construção do

FBES. Sair de lá, mobilizando bases estaduais para debater e trazer para a III Plenária suas proposições – um roteiro orientador com perguntas a serem discutidas e trazidas para a III Plenária. Ou, sair dali, do FSM, com o Fórum criado. A palavra de ordem Fórum já, mobilizou boa parte das 800 pessoas presentes. Vingou a 1ª. proposta.

Na III Plenária a grande discussão foi a participação dos Gestores Públicos no FBES. Boa parte dos delegados estaduais entendiam que o FBES era um movimento da sociedade civil e não cabia a participação de gestores públicos. A Rede de Gestores Públicos já tinha sido criada com carta de princípios própria inspirada na proposta da carta do FBES e com a característica de militantes cidadãos que estão no espaço do Estado, a serviço de sua democratização. Essa posição ganhou força de deliberação.

A IV Plenária, construída com tempo e muita discussão nas bases estaduais, com documento de orientação e reflexões, com debates de ressignificação das bandeiras de lutas, acabou em triste memória. Ali, a cultura da hegemonia e de tentativas de negociações à parte da Assembleia, para a composição da direção do FBES, levaram a um final infeliz. Com o envolvimento de membros da SENAES, a coordenação do FBES, assumiu denunciar à SENAES essa postura. Com sua firmeza ajudou a resgatar essa relação SENAES/FBES um tanto desgastada.

Mas alguns analisam que tais interesses em construção, não sendo absorvidos nessa IV Plenária favoreceram o processo de bifurcação de rumos do movimento, com o desinteresse de segmentos sociais que estruturavam a articulação de OUTRO COOPERATIVISMO em contraposição ao cooperativo empresarial sob a condução única da OCB. Essa corrente histórica mais antiga, da chamada “velha economia solidária” – o cooperativismo solidário – por ser uma das poucas legislações formais, isto é, sua expressão jurídica, precisa necessariamente de construção de agenda própria com seus principais atores do campo e da cidade, hoje estruturados, a UNICOPAS.

Uma parte desses atores, mesmo que suas bases estejam em redes e territórios conjuntos com os fóruns estaduais ou municipais, não está no FBES nacional. Com a fragilidade, também resultante dessas disputas e desinteresses, a insolvência do FBES, em especial sua atuação nacional hoje quase sem rumos, deixa um espaço vazio necessariamente a ser ocupado, que a ação corporativa do segmento do cooperativismo vem assumindo.

A bifurcação resultante disso pode ser assim tratada porque a centralidade do FBES, como espaço de consensos, era muito evidente. Já não o é mais. Aqui, encarar a noção de movimento, maior que o instrumento, ajuda a compreender que os esforços de consensos se dão no movimento e não apenas no interior do FBES. É preciso resgatar propostas de diálogos e convergências, não só para esse segmento, mas para tantos outros que surgiram e surgirão que podem ser compreendidos como partes do movimento. Nos movimentos populares mais atuantes essa relação permite identificar o movimento e a institucionalidade (instrumento) que dá estruturação para o movimento.

Exemplos a título de ilustração e diferenciação: O MST e a ASA.

O MST é um movimento cujo nome já define qual seu campo de atuação, seus atores principais, sua condução e disciplina política baseada na democracia centralizada. Soma com outros movimentos da Reforma Agrária (da agricultura familiar, da Pastoral da Terra, etc.) com agendas comuns, mas mantem sua institucionalidade (instrumentos) própria, uma delas a CONCRAB, e sua agenda própria.

A ASA (articulação do Semiárido) tem cerca de mil organizações do semiárido, que a cada dois anos reúnem suas bases locais (CONASA) e definem juntos a agenda comum e sua coordenação de animação. Essa coordenação é formalmente a gestora (diretoria\conselho) de seu braço institucional (instrumento), criado para negociação das políticas públicas, centrada numa meta: 1 milhão de cisternas.

Ambos, com firme característica de movimento (identidade, definição de aliados e adversários, projeto político de desenvolvimento), tem estruturações de organicidade (movimento) e de organização (institucionalidade). Curiosamente ambos, com forte identidade com a economia solidária (movimento) sem integrar-se à sua estruturação FBES (instrumento).

São exemplos que podem nos ajudar a perceber, depois de 15 anos, como estamos revendo e atualizando nossas relações com demais movimentos, cuja ação no campo do trabalho (produção e reprodução da vida) são comuns, e nossas bases e forças sociais, as mesmas. Como a concepção de redes que se cruzam e se perpassam e se fortalecem, mantendo suas especificidades está acontecendo?

A perda atual dessa centralidade: são muitas as forças sociais que vem emergindo e o FBES não é mais a única centralidade; pergunta: poderá recuperar esse papel se mudar a estratégia organizacional?; ou pode se tornar mais um setor da economia solidária frente aos outros? A perda de lideranças já formadas e a incapacidade de formação de novas lideranças não são animadoras.

Sobre a incapacidade de formação de novas lideranças, comparando com alguns outros movimentos: a luta contra a fome (Consea), seu Fórum parece não ter criado novas lideranças. As comissões cidadãos de combate à fome mal sobrevivem. Será porque não conseguiu definir o seu “sujeito”, mas apenas o seu “objeto”(os vulneráveis)? Ou seu sujeito são mesmo os grupos de cidadãos e as OSCs? Será que vem ocorrendo o mesmo com a Economia Solidária? Nossos sujeitos educadores, em especial os do CFES, os das incubadoras, os/as tantos da Educação Popular...

Os segmentos dos catadores avançaram na construção de suas lideranças; o MST também. Segmentos do cooperativismo conseguem se articular em frente corporativa. E as redes? Há uma clara demanda por Educação da Economia Solidária para esse crescimento de diferentes movimentos, segmentos, que se aproximam.

Nesse campo, o da educação, há muita dicotomia entre a formação de princípios, mística, métodos de introjeção, a partir da experiência de vida dos sujeitos versus a qualificação técnica para “agregar valor” aos produtos na concepção produtivista, mercantilista, busca de resultados de mercado, corporativista. Sem desmerecer uma ou outra, ou perguntar qual vem primeiro, está claro que essa conjugação exige um olhar diferenciado sobre os resultados. É tarefa do movimento em toda as suas versões metodológicas e em especial em espaços que se propõem a construir lideranças com foco nas mobilizações e incidências políticas. Aí os fóruns têm papel privilegiado, desde que assumam tais tarefas junto ao movimento e às novas forças sociais de segmentos que podem ser incorporados.

Incorporados onde? De novo volta ao desafio de práticas de autogestão privilegiando a atuação em redes horizontais de identidades corporativas segundo os segmentos específicos, de forma que essas redes sejam os instrumentos de interação entre redes e de representações quando a necessidade de verticalização exigir lideranças capazes de representar suas bases horizontais.

3 - O FBES consegue ser o espaço de consensos entre as diferentes forças e práticas que compõem o "movimento"?

O eixo 4, capítulo 4.2 do relatório da V Plenária (2012) fala de resoluções sobre a natureza, estrutura e forma de funcionamento do FBES, confirmando resoluções anteriores com pequenos acréscimos. Assim sobre sua natureza são três afirmações que se completam. A economia solidária é um movimento social, que dialoga com diversas esferas, segmentos e lutas no campo específico do mundo do trabalho, na perspectiva de um novo projeto de sociedade e de economia que promova o desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

Define o FBES como “instrumento” do movimento da economia solidária, um espaço de articulação e diálogos entre os diversos atores e movimento sociais. Com duas finalidades principais: 1. Representação, articulação e incidência nas políticas públicas, buscando a confluência entre as forças existentes no movimento; e 2. Apoio ao fortalecimento do movimento, a partir das bases em fóruns municipais, microrregionais e estaduais que sejam a força que move a perspectiva de desenvolvimento sustentável, endógeno e solidário.

Essas afirmações de 2012, nos permite dizer sobre o que o FBES pretende ser e o que ele consegue ser. Tais afirmações permitem perceber a centralidade do FBES, mesmo limitando-se a ser um instrumento de um movimento maior, que ele pretende ser um espaço de diálogos e busca de consensos para as incidências políticas e para o fortalecimento em suas bases locais, estaduais.

Já se refletiu neste texto que a estruturação vertical e as alterações de interesses e disponibilidades, resultou numa conjuntura em que a Coordenação Nacional e a Executiva não conseguem dar conta desse papel. Frágil, por diferentes motivos, alguns apontados aqui, está à beira de insolvência.

A conjuntura do golpe também exacerbou esse quadro que já vinha dando mostras de seu esgotamento nacional. Iniciativas como a condução de Campanha de assinaturas para o projeto de lei da Ecosol, bem bolado, materiais e vídeo adequados. Fóruns e movimentos mobilizados. Mas não se conseguiu montar uma infraestrutura básica, um espaço de referência para o envio e recepção das listas de assinaturas. O esforço para a defesa da SENAES, bem bolada a Campanha “A SENAES É NOSSA”, não resultou em processos de negociação firme com autoridades de um governo do nosso campo. A iniciativa, pós golpe, de realizar uma Plenária do Movimento propor uma gestão conjunta com outras forças, na feira de Santa Maria, por melhor boa intenção existente, confundiu as bases dos fóruns estaduais, pouco informadas pela Executiva, que reagiram sentindo-se ameaçadas por um golpe... num ambiente de indignação frente ao golpe real.

Mesmo assim, dois meses depois, a experiência de organizar conjuntamente (fórum e UNICOPAS) a Audiência Pública para que o movimento com suas forças presentes pudessem dizer ao governo entrante “Nenhum Direito a Menos” pode ser considerada marca de uma nova etapa de busca de convergências e defesas comuns do movimento.

Resgatar suas finalidades, agora compreendendo-se espaço, não único, de articulações e busca de consensos como parte de um movimento maior, é desafio para o FBES. Entretanto, o balanço desses 15 anos e as deliberações da última plenária precisam ser feitas para que o legado das práticas, experiências, avanços e lições possam reorientar seu futuro.

Por outro lado, as próprias resoluções sobre suas finalidades dão perspectivas de outro olhar sobre seu papel de instrumento junto ao movimento maior. Seu papel de espaço de consenso e diálogos com as forças que compõem o movimento da economia solidária precisa ser revisto. Se pretendia ter uma centralidade de articulação das forças até então identificadas, em 2003, agora em 2018, não é mais possível.

No decorrer dos 15 anos, algumas forças identificadas foram se afastando (caso do microcrédito), outras, até então com pouco peso nacional, foram se nacionalizando (caso da UNISOL e UNICAFES), outras foram se reduzindo e limitando sua contribuição específica (caso da histórica ANTEAG e o campo das Empresas Recuperadas).

Outras, de forte expressão nacional, não assumiram, como força, participar do FBES (caso das Cooperativas do MST). Momento em que se exigiu, para participação nacional, um mínimo de participação dessas forças nos estados (fóruns estaduais), alguns desistiram, outros mantiveram sua representação sem o peso de participação enquanto força.

Hoje há um conjunto de novas forças emergentes que assumem economia solidária sem participar do FBES \FEES. É uma realidade a explicitação cada vez maior de que boa parte dos movimentos sociais de força se identificam com a economia solidária, seja pelo foco dos direitos, seja pelo foco do desenvolvimento. Esses focos, que são faces da mesma moeda, permitiriam ao movimento

acolhê-los e ampliar sua participação no movimento, não necessariamente, no FBES. Mas, a quem caberia orientar essa identidade, se o FBES não é mais a centralidade absoluta do movimento. A quem cabe criar espaços não verticalizados, não hegemônicos para essas convergências?

Os projetos da SENAES trouxeram algumas dessas novas forças, para o movimento, como as ações dos catadores, as populações tradicionais (o etnodesenvolvimento), a saúde mental e a tradicional articulação do artesanato. Mas reduziram em alguns casos, a ampliação desse leque, muitas vezes limitada pelos recursos e outras, pressionada pela cultura da relação entre amigos dos lobbies tradicionais.

Cabe comentar aqui o papel da Rede de Gestores Públicos Experiência inédita de ação em rede, inédita de participação em espaço da sociedade civil, e limitada, como força social, por não abranger a enormidade de iniciativas e possibilidades que as aberturas das políticas públicas trouxe para o envolvimento de gestores, sobretudo em sua formação.

Também em que pese a força das Redes de Incubação Universitária, com duas redes nacionais, seu papel de importância para a formação de profissionais com bases na educação popular, encontrou dificuldades para dialogar com tantas outras áreas acadêmico-universitárias no enfrentamento do debate e visibilidade da economia solidária, para além das experimentações (pesquisa, sistematizações, ressignificações e debates conceituais e resgates histórico-sociais, ficaram aquém... Mérito a se divulgar: o número de projetos de pesquisa e de teses em torno da economia solidária, ainda sem uma sistematização que nos permita perceber seu principal fim: subsidiar o “movimento” do qual fazem parte, apontar campos de pesquisa e sistematizações que torne visíveis as tantas iniciativas e experimentações que vão se acumulando.

4 - O FBES consegue se relacionar com os diferentes movimentos sociais que somam com seu objetivo de construção de um Projeto Político de Desenvolvimento Sustentável Solidário e Territorial?

A V Plenária fez um esforço de mobilizar para o processo local, as bases de diferentes movimentos, mas não conseguiu assegurar essa participação como delegados\convidados efetiva até o final. Fez uma mesa final nacional de “diálogos e convergência”, com lideranças de diferentes movimentos, mas sem efeitos consequentes.

Será preciso rever os esforços de participação dessa convergência, hoje dispersas. O texto da V Plenária tem reflexões e orientações bastante precisas para essas ações de articulação e integração no território, considerando-o estratégia fundamental de desenvolvimento. Também os fóruns, e o movimento da EcoSol, nascem a partir de outros movimentos, como hoje boa parte de seus participantes também o são, de outros movimentos.

A questão “trabalho” tem ultrapassado os limites de visão do “mercado de trabalho”, a mercantilização, para outros aspectos da “economia da vida”. Isso traz à tona inúmeros movimentos (e suas políticas setoriais), para um mesmo campo do desenvolvimento territorial, onde movimentos de defesa de Direitos e movimentos de desenvolvimento socioeconômico se encontram na perspectiva da construção de um projeto de Desenvolvimento Sustentável Solidário Territorial.

A questão de valorização das diferenças como parte da concepção de desenvolvimento tanto cabe para o meio ambiente, mas também para a construção social, cultura, etc. Quanto mais diversa for as espécies (flora, fauna) mais rica e complexa e sustentável o meio ambiente. Quanto mais diversa for as etnias, as culturas, etc. maior é o desenvolvimento humano. Isso cabe para contrapor a padronização massiva, a busca de escala (concentração) de desenvolvimento massivo, quase sempre ditado exogenamente, desde fora.

Assim, a revisão da estruturação do FBES, considerando as forças sociais da economia solidária e dos movimentos sociais, poderá definir estratégias de desenvolvimento territorial onde ações de Direitos Humanos e de Desenvolvimento, faces da mesma moeda, estejam juntos.

5 - O FEBS, composto por representações de seus 3 setores (empreendimentos, assessorias e gestores públicos) com bases estaduais e determinação para construir bases territoriais, tem alterado a visão inicial de ser "um gigante com pés de barro"?

A III Plenária em junho de 2003, quando da criação do FBES, decidiu por uma coordenação nacional de 3 representantes de cada estado, dois de empreendimentos e 1 de assessoria. Uma coordenação enorme, cerca de 80 pessoas que mal conseguia se reunir uma vez ao ano.

Foi nesse período que se forjou o tema de que o FBES era “um gigante com pés de barro”, já que as bases, na maioria dos estados, mal iniciavam suas trajetórias e a coordenação nacional contava com o GT responsável pelas articulações a partir dos FSMs, portanto OSCs com caminhadas anteriores, de onde vem subsídios que levaram à Plataforma do FBES.

Daí evoluiu-se para uma coordenação executiva mais enxuta com 7 representantes de macrorregiões de empreendimentos e cerca de 5 representações de organizações ou redes que estivessem pelo menos em 7 estados. A Rede de gestores, uma delas. Uma parte dos representantes do GT antigo, por não serem nacionais foram dispensadas. Então começam as limitações de condução, com a saída de alguns e a chegada de representações delas tiradas “a fórceps”, seja dos empreendimentos, seja de assessorias, entre aqueles mais disponíveis (ou interessados) e menos pela capacidade de coordenação, comunicação.

A secretaria executiva, equipe de apoio técnico, responsável pela comunicação, administração, organização dos eventos e suas sistematizações, dependia de recursos para sua liberação.

Funcionou, muitas vezes, pela garra e militância voluntária e paciência. O último recurso foi o projeto de Fortalecimento das ações da III Conferência em 2014 que permitia, entre outras iniciativas, organizar os eventos macrorregionais que pretendia-se, conforme orientação da V Plenária, construir uma coordenação regionalizada que viesse a reduzir a distância entre a executiva nacional e as bases estaduais, desfazendo, entre outras intenções, a imagem do gigante com pés de barro. Essa última estratégia funcionou bem para preparação das Conferências estaduais e da Nacional, assegurando processos e métodos para a construção dos Planos Nacional e Estaduais da Economia Solidária. Mas a implementação das macrorregionais, pouco foi à frente. Já se delineava a pouca disponibilidade da Executiva Nacional fazer-se presente, dado suas ocupações com projetos institucionais próprios, inclui-se aí também a Rede de Gestores com um projeto nacional, cabendo às representações de empreendimentos regionais, junto com a secretaria executiva, a tarefa de realizar os eventos.

Nesse período dos 15 anos, entretanto, as bases “com pés de barro”, mesmo com suas tensões e conflitos internos – alguns que exigiram mediações da coordenação executiva nacional – foram se estruturando e caminhando com pés próprios, algumas vezes assumindo deliberações das Plenárias Nacionais, outras vezes das Conferências Nacionais ou participando de projetos da SENAES. Mas boa parte das vezes, tomando iniciativas próprias, criando alianças, forjando incidências políticas em governos nem sempre favoráveis.

Em relação a algumas deliberações nacionais, a interiorização dos FEES criando fóruns municipais ou territoriais é uma realidade que permite afirmar que boa parte dos fóruns, inicialmente centrados na capital, hoje já tem estruturados uma rede de participação interiorizada.

Conselhos Estaduais, legislações municipais e estaduais, redes de educadores, redes de comercialização, Centros Públicos, alguns geridos pelo próprio fórum, diálogos com outros movimentos ou mesmo com as organizações de economia que não estão do FBES. Articulação com Redes feministas, juventude, cultura, quilombolas, indígenas, etc. não só revelam raízes com pés bem fincados, mas também que o legado desses 15 anos e as deliberações para os próximos anos dependem fundamentalmente dessas bases consolidadas, que não esperam pela coordenação executiva.

Para ilustrar vale explicitar iniciativas como a do fórum paulista que fez um processo de Plenária estadual mobilizando seus fóruns municipais, organizando documento base, fazendo audiência pública, cobrando a execução do Plano Estadual. Assim também os mineiros, com seus fóruns territorializados, e seu Conselho Estadual dirigido hoje por liderança do fórum propõem seminário de balanço do Conselho para preparar as incidências junto ao próximo governo. Assim, os baianos saem às ruas para comemorar seus 15 anos de fórum, hoje quase a maioria dos territórios baianos

tem fórum territoriais. O Rio Grande do Sul, um dos estados pioneiros da economia solidária, com suas feiras estadual e de Santa Maria (latino-americana), etc.

A lista poderia ser maior, mas bastam esses exemplos para reafirmar: esse acúmulo de aprendizagem e avanços que compõem o legado desses 15 anos tem nas bases estaduais sua grande sustentabilidade. Por isso, essa base estadual tem um papel de rever e reinventar, contando com os três segmentos que a compõem, os destinos do movimento e de sua principal, ainda que não única centralidade que é o FBES.

6 -6- Num momento em que as redes e articulações dispensam centralidades, estruturas verticalizadas, como o LEGADO, construído sobretudo pelas estruturas estaduais e territoriais do FBES, poderia vir a ser base para novos processos e experimentações e estruturas ajustadas à conjuntura?

Para fim de conversa

A percepção de insolvência está presente. Essa percepção revela que a roupa construída há quinze anos, noutra conjuntura, com um movimento ainda em gestação não cabe mais. É roupa velha, para um ser novo adolescente que cresceu e o velho não cabe mais. Precisa de roupa nova condizente com seu tamanho e suficientemente forte para enfrentar os invernos desta atual conjuntura e preparar a primavera.

Será necessário ousar, nesse avanço, para que as intenções de inovação imaginadas no seu início possam ir se concretizando, sem maiores subterfúgios: radicalizar a ideia de que a economia solidária não é apenas a soma de empreendimentos isolados, mas de redes estruturadas horizontalmente. Redes de diferentes fins e especificações corporativas que juntas constroem e fortalecem o movimento.

Que o alargamento das fronteiras do FBES, para os diálogos com o movimento, supere a percepção de que a bifurcação entre duas estruturas, a do cooperativismo da velha economia solidária juridicamente reconhecida e a do FBES, possam serem ressignificadas. E nessa perspectiva de não centralidade única, no horizonte maior do movimento, ambas se encontrarem. Se encontrarem com roupas novas, mais condizentes com suas idades, da velha e da nova economia.

Não sendo possível substituir a verticalidade da estruturação, em razão de instâncias locais, estaduais e nacional, ela não pode ficar refém de representações de empreendimentos que não estejam de alguma forma enredados (em redes) e confirmem suas estruturas horizontalizadas.

E as organizações e redes nacionais, atuando em vários estados, assumam incorporar aos seus programas e projetos a disponibilidade institucional de tempo de participação e apoio ao movimento do qual fazem parte e usufruem dele.

A participação dos demais movimentos sociais, com os quais os fóruns constroem projetos territoriais de Desenvolvimento e Direitos, pode ser definida com periodicidades de análises de conjuntura e definição de pautas comuns, desde os territórios, o estado, a macrorregião e o nacional. Conforme está previsto nas deliberações da V Plenária devem ser convidados para participar do processo da VI Plenária desde o local até o nacional.

A questão, para alguns falsa, da necessidade de institucionalização do FBES, precisa voltar, de forma que se consiga, a exemplo dos demais Movimentos Sociais, definir políticas e estratégias de recursos.

Essas questões, abordadas na V Plenária, como outras tantas, estarão sendo revisitadas para cada instância ou rede da economia solidária fazer seu balanço contextualizado pelas grandes diferenciações conjunturais entre 2003 e 2019.